

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-OL - 20/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEAP	Maurício Magossi (T)
ASSEMAE	Márcio Tonelotti (T)
	Tarciani Benedita baia Santos (S)
BRK Ambiental Limeira	Marina Bosso Ferreira (T)
CATI	Antônio Lopes Júnior (T)
DAAE – Rio Claro	Ricardo Buiocchi Bossi (T)
	Ananias Rios de Souza Junior (S)
DAE Jundiaí	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (T)
	Rita de Cassia Caneco Garcia (S)
DAEV S.A.	Daniel Maeda (T)
	Pedro Ferreira Steola (S)
Dedini S/A	Igor Alessandro Serra (T)
	Lucinéia Cristina Vitti Prata (S)
Edisonda	Sara Giandomingo (S)
Elogi Soluções Ambientais	Luiz Fernando Nespeque Furtado (T)
	Guilherme Augusto Schardong Morete (S)
GEOBLUE	Liandra Leite (S)
P.M. de Campinas	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (T)
P.M de Campo Limpo Paulista	Maria Karolina da Silva Tamberlini (T)
P.M de Hortolândia	Gabriela Segá Ponce (T)
P.M de Indaiatuba	Adriano Prochowski (S)
	Alex Augusto de Abreu Bovo (S)
P.M de Itatiba	Lucas Marino Vivot (T)
P.M de Itupeva	Jaqueline Salvador Leite (T)
P.M de Limeira	Flavia Maise Pizani Peruzza (T)
	Juvenal Soares de Araújo Neto (S)
	Tales de Deus Diniz (S)
P.M de Morungaba	Amarildo Rogério (S)
P.M de Rio Claro	Amanda Viana Galanti (S)
	Maurício Monteiro (S)
P.M de Salto	Bianca Piratello Camargo (S)
P.M de Valinhos	Marina Boralli (T)
Química Amparo Ltda	Karla Torres Nascimento (S)
SAA	Antônio Lopes Júnior (T)
SAAE Atibaia	Uelinton Ramos Matias (T)
SAAE Salto	Sara Corrêa Appendino (S)
	Silvia Telles (S)
SABESP	Pedro Cardoso Franco de Camargo (T)
	Aurildo Xavier dos Santos (S)
SANASA	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (T)

	Márcio Tonelotti (S)
	Tarciani Benedita baia Santos (S)
SANEBAVI	Mara Letelian Leite Reis (T)
SINDAREIA	José Edvaldo Tietz (T)
	Jorge Edison Di Rito (S)
SP Águas	Ariana Rosa Bueno Damiano (T)
	Cláudia Hornhardt Siqueira Fonseca (S)

Membros ausentes
DAE Americana
INEVAT
P.M de Jundiaí
P.M de Louveira
P.M de Várzea Paulista
SAAEJA

Demais presentes	
Agência das Bacias PCJ	Carolina Silva
	Luclecia Soares
	Nathalia Corá
	Taina Moura
	Katia Cezarino
	Kaique Barretto
	Eduardo Leo
CONIRPI/SAAE Indaiatuba	Vanessa Kuhl
Dedini S/A	Carol
P.M de Analândia	Rafael Dimitrius
sem identificação	Bruna Modesto
	Caroline B. C. Silva

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Aos vinte dias de fevereiro de 2026, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma Google Meet, a 120ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 13 de fevereiro de 2026. **2. Abertura da 120ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL):** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Ariana Rosa Bueno Damiano, representante da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas). Em seguida, a Sra. Ariana agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. Após a abertura, a Sra. Ariana prosseguiu com os itens de pauta. **3. Informes:** A Sra. Ariana passou para os informes. **3.1.**

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-OL - 20/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

**da Coordenação:** A Sra. Ariana deu as boas-vindas aos integrantes da 3ª edição do Movimento “Jovem, vem para o PCJ” (2025–2027), expressando a satisfação da coordenação com a presença dos jovens nas reuniões das Câmaras Técnicas. Destacou que a iniciativa visa promover a participação de jovens (de idade e de conhecimento) na gestão dos recursos hídricos das Bacias PCJ. **3.2. dos membros:** A Sra. Ariana consultou os membros se havia informes, mas não houve solicitação. **3.3. da Secretária Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da Secretária Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) apresentou os informes SE/PCJ: **a) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento aos critérios da [Deliberação CRH nº 248](#), de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) oriundos da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2026. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo ([Capacita-SigRH](#)), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a [plataforma](#) da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o [e-mail](#) da Secretária Executiva; **b) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** reiterou que a próxima reunião da CT-OL será presencial, nesse sentido, os membros podem solicitar o custeio de despesas para participação das reuniões, conforme estabelecido pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17 ([link](#)) e suas alterações. A concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são

disponibilizadas para: **i.** membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); **ii.** membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; **iii.** coordenador e coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; **iv.** pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, com anexo de documentos que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 (oito) dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 (dez) dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros). As diárias não serão concedidas se: **i.** as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; **ii.** o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; **iii.** em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; **iv.** membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; **v.** membro que tenha reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: [custeio@agencia.baciaspcj.org.br](mailto:custeio@agencia.baciaspcj.org.br) ou (19) 3437-2100 (opção 2). As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no site dos Comitês PCJ, neste [link](#); **c) Próximos eventos dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá informou que no dia 23/02/2026, ocorrerá o evento: “Ações de Prevenção, Mitigação e Contingência diante da Probabilidade de Escassez Hídrica 2026”, organizado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, no âmbito do GT-Estíagem. O evento será por videoconferência com transmissão pelo canal da Secretária Executiva dos Comitês PCJ, na plataforma [YouTube](#). Mais informações sobre os eventos organizados no âmbito dos Comitês PCJ estão disponíveis no site dos Comitês na seção de “[Eventos](#)”; **e) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** informou sobre as próximas reuniões no âmbito dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-OL - 20/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: 99ª Reunião Ordinária Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, no dia 06/03/26, às 9h30, no Auditório do Parque Moutonné, em Salto/SP. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do site dos Comitês PCJ; **f) Próximas reuniões da CT-OL:** informou que as próximas reuniões da CT-OL, do 1º semestre 2026, estão previstas para: **i.** 17/04/26, presencial, no Museu da Água, em Indaiatuba/SP; **ii.** 19/06/26, por videoconferência. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) da CT-OL no site dos Comitês PCJ; **d) NewsComitêsPCJ:** Por fim, convidou aos membros para acessar a Newsletter Comitês PCJ, que é um portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Agência das Bacias PCJ, com a atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas. O acesso por ser feito pelo [link](#). **4. Aprovação da minuta de ata da reunião anterior:** A Sra. Ariana informou que as minutas das atas da 118ª Reunião Ordinária da CT-OL, realizada em 22/08/25, por videoconferência, e a 119ª Reunião Ordinária da CT-OL, realizada em 12/12/25, na Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI) em Campinas/SP, foram enviadas aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental. Questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da minuta. Não havendo solicitações, colocou em votação, sendo aprovadas por unanimidade. **5. Aprovação de novo membro:** Em conformidade com o Regimento Geral das Câmaras Técnicas, aprovado pela [Deliberação dos Comitês PCJ no 362/21 de 30/03/2021](#), entidades podem se tornar membros das Câmaras Técnicas a qualquer momento, desde que sua entrada seja analisada e aprovada pelos membros da CT, caso a solicitação ocorra fora do período de renovação. Em seguida, a Sra. Tainá informou que a SE/PCJ recebeu um ofício de indicação em 16/12/25, da Prefeitura Municipal de Analândia (P.M de Analândia) indicando o Sr. Rafael Dimitrius Carneiro para representante titular, e o Sr. Claudio Alex Gonçalves de Carvalho como representante suplente. Nesse sentido, a Sra. Ariana submeteu aos membros a inclusão da entidade para aprovação, sendo aprovado por unanimidade. **6. Aprovação do Plano de Trabalho (2026-2027) da CT-OL:** A Sra. Ariana relembrou o

cronograma dos Planos de Trabalho das CTs. Explicou que foi dado um prazo de retorno das versões revisadas pela Secretaria Executiva e Diretoria da Fundação Agência das Bacias PCJ às coordenações das CTs em 02/12/25. Informou que a minuta do Plano de Trabalho da CT-OL (2026-2027) foi enviada previamente aos membros junto da convocação, conforme prazo regimental. O documento está estruturado em três eixos principais: **i.** demandas da Secretaria Executiva (Categoria A); **ii.** temas para discussão (Categoria B); **iii.** eventos (Categoria C). Ressaltou que, na Categoria C, está prevista para 2026 a atividade “Conhecendo o Rio Jundiá”, consistindo em visita técnica da nascente à foz, com objetivo de observar os esforços realizados ao longo dos anos e os resultados do reenquadramento dos trechos. Em 2027, também está previsto um webinar sobre ações e resultados, com base nos relatórios a serem aprovados, e reforçou que o webinar deste ano evidenciou que várias metas ainda estão distantes de serem alcançadas, demandando novas ações. Nesse sentido, abriu espaço para manifestações. Não havendo, colocou em votação a minuta do Plano de Trabalho da CT-OL (2026-2027), sendo aprovado por unanimidade. Complementarmente, informou que o documento será encaminhado à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e Plenários dos Comitês PCJ. **7. Apresentação: “Licenciamento Ambiental da Barragem do Ribeirão Pirai”:** A Sra. Vanessa Kuhl, representante do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Indaiatuba e Secretária Executiva do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai (CONIRPI), apresentou o histórico, o desenvolvimento e o processo de licenciamento ambiental da Barragem do Ribeirão Pirai, destacando sua complexidade técnica e institucional, a relevância para a segurança hídrica regional e as principais etapas técnicas, institucionais e administrativas envolvidas na implantação do empreendimento. Informou que a proposta de implantação da barragem remonta à criação do Consórcio Pirai, instituído em 2004 inicialmente como consórcio privado, com o objetivo de promover a gestão dos recursos hídricos e a proteção da bacia do Ribeirão Pirai, envolvendo os municípios de Cabreúva, Indaiatuba, Salto e Itu. Destacou que a construção da barragem sempre constituiu o principal objetivo do consórcio, sendo indicada em estudos anteriores do governo do estado de São Paulo como alternativa para

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-OL - 20/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

ampliar a segurança hídrica regional. Relatou que os primeiros recursos para os estudos foram obtidos em 2005 por meio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), possibilitando a elaboração do estudo de viabilidade da barragem, concluído por volta de 2009, o que permitiu a elaboração do projeto básico, aprovado entre 2010 e 2011 com apoio do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) atual SP Águas. Informou que, posteriormente, o empreendimento foi selecionado para financiamento pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), possibilitando a elaboração do projeto executivo, com o início das desapropriações e a formalização do processo de licenciamento ambiental. Informou que a barragem integra o planejamento de recursos hídricos desde estudos do governo estadual e passou a constar ao longo dos anos em instrumentos de planejamento, como o Plano das Bacias PCJ, o Plano da Macrometrópole Paulista (PDMM), Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) e a atualização do Plano Estadual de Saneamento, fatores que contribuíram para a obtenção de recursos e para a priorização do empreendimento. Informou que o empreendimento também está previsto no Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), reforçando sua relevância para a região, especialmente por abranger área situada entre as Bacias PCJ e Sorocaba/Médio Tietê. Ressaltou que o planejamento técnico da Barragem do Ribeirão Piraí foi desenvolvido a partir do estudo de viabilidade, seguido pelo projeto básico, projeto executivo da primeira etapa e previsão de implantação em fases. O processo de licenciamento ambiental foi iniciado em 2011 junto à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), por meio do protocolo do pedido de licenciamento ambiental, denominado Processo Impacto nº 141/2011, acompanhado do projeto básico e dos estudos iniciais, estudos preliminares e Relatório Ambiental Preliminar, sendo conduzido pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental (DAIA) em São Paulo devido ao porte do empreendimento. Ressaltou que, o licenciamento envolveu diversas fases incluindo estudos complementares, elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), audiência pública em 2012, e manifestações de órgãos como do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), Departamento Nacional de

Produção Mineral (DNPM) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), especialmente em relação a aspectos patrimoniais e arqueológicos. Informou que, em razão da tramitação física dos processos à época, as demandas dos órgãos envolvidos foram apresentadas de forma gradual, o que contribuiu para ampliar a complexidade e a duração das atividades. Destacou que, foram realizados estudos de prospecção arqueológica, os quais identificaram dois sítios nas áreas das fazendas Pedra Branca e Piraí. O empreendimento também demandou processos de desapropriação de sete propriedades, em sua maioria por via judicial, etapa que se estendeu por cerca de cinco anos e representou um dos principais entraves para o avanço do projeto. Informou que, a Licença Prévia foi emitida em outubro de 2016, com diversas condicionantes ambientais, incluindo a elaboração e execução de programas ambientais e a realização de compensação ambiental. O processo envolveu adequações no projeto em razão de questões patrimoniais relacionadas à Fazenda Piraí, incluindo a elaboração de soluções de engenharia para evitar o alagamento da área tombada, o que implicou alterações no projeto e aumento significativo do custo estimado da obra. Informou que, após o cumprimento das condicionantes e a resolução das questões relacionadas às desapropriações, foi possível obter a Licença de Instalação (LI) em dezembro de 2022. Nesse sentido, houve a necessidade de análise adicional pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em razão de exigências relacionadas à Lei da Mata Atlântica e à análise de estágio de vegetação e fauna, incluindo a elaboração de estudos específicos e plano de monitoramento de primatas, o que demandou cerca de um ano e meio de tratativas. Informou que, durante esse período, as obras foram temporariamente suspensas por decisão do próprio Consórcio, em razão da impossibilidade de avanço das frentes de serviço até a obtenção das autorizações necessárias. Após a manifestação favorável do IBAMA e a autorização da Cetesb para supressão de vegetação, as obras foram retomadas em 2024. Por fim, informou que o empreendimento se encontra atualmente em fase de execução das obras e dos programas ambientais, incluindo ações de monitoramento da qualidade da água, fauna e vegetação, implantação de Área de Preservação Permanente (APP) de 100 metros no entorno do



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-OL - 20/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

reservatório e projetos de reflorestamento superiores a 100 hectares, além de medidas compensatórias ambientais realizadas em parceria com o Instituto de Zootecnia. Na sequência, o Sr. José Edvaldo Tietz, representante do SINDAREIA parabenizou a Sra. Vanessa Kuhl pela apresentação, destacando a relevância do projeto de barramento do Ribeirão Pirai e o esforço técnico envolvido. Ressaltou que, diante do aumento da demanda por água e das recorrentes situações de escassez hídrica, iniciativas voltadas ao planejamento e à implantação de novos barramentos tornam-se fundamentais para garantir a segurança hídrica. Salientou a complexidade dos processos de licenciamento ambiental nas diferentes esferas administrativas, enfatizando o trabalho realizado pela equipe responsável pelo empreendimento. Em seguida, o Sr. Igor Alessandro Serra, representante da Dedini parabenizou a apresentação e mencionou o estudo sobre poluição difusa desenvolvido pelo SAAE Indaiatuba. Destacou os resultados apresentados, e sugeriu que o estudo pudesse ser apresentado com maior detalhamento em uma próxima reunião, considerando sua relevância para o entendimento das fontes de poluição na bacia. Em seguida, a Sra. Vanessa Kuhl informou que o barramento do Ribeirão Pirai possui desafios relacionados à qualidade da água, especialmente em razão de lançamentos de esgoto na região de cabeceira do rio, no município de Cabreúva, além de outras fontes de carga orgânica ao longo do curso d'água. Informou que estão previstas ações de monitoramento e medidas voltadas ao controle da poluição difusa. Destacou que, a experiência poderá servir como referência para as Bacias PCJ e para a região de Sorocaba. Comentou que pretende buscar recursos para viabilizar investimentos voltados ao monitoramento e à implementação de medidas mitigadoras. Na sequência, a Sra. Ariana informou que a próxima reunião da CT-OL, a 121ª Reunião Ordinária, será realizada de forma presencial no município de Indaiatuba. Diante disso, mencionou a possibilidade de realizar, nessa ocasião, a apresentação sobre o tema da poluição difusa. A Sra. Vanessa Kuhl concordou com a proposta e reiterou sua disponibilidade para tratar do assunto, indicando que os detalhes poderão ser posteriormente alinhados para realização da apresentação. Em seguida, não havendo mais manifestações, a Sra. Ariana agradeceu a apresentação e

prosseguiu com o próximo item de pauta. **8. Apresentação “Relatório 2025” - Ariana Rosa Bueno Damiano:** A Sra. Ariana contextualizou a apresentação do Relatório Gerencial anual da SP Águas referente às Bacias PCJ e Sorocaba/Médio Tietê. Informou que, em 2025, foram registrados 6.082 requerimentos no sistema de outorga eletrônica, sendo 4.531 na bacia PCJ, com a emissão de 2.943 outorgas emitidas na bacia PCJ, de um total de 3.914. Destacou o apoio da empresa contratada pela Fundação Agência das Bacias PCJ que auxilia na análise dos processos. Ressaltou que nem todos os processos analisados resultam em publicação, e que, diante de desligamentos ocorridos em 2025, esse suporte foi fundamental para a manutenção. Informou que em 24/09 foi publicada a Deliberação SP Águas nº 12/2025, de 23/09 que declarou escassez hídrica na bacia do Rio Piracicaba. Essa medida impactou a tramitação dos processos que puderam ser analisados, porém não publicados, situação que permanece vigente até o momento, resultando na existência de alguns casos ainda sem publicação. Apresentou comparativo histórico de 2020 a 2025, indicando redução no número de outorgas emitidas em razão da referida deliberação e da redução de equipe. Quanto aos requerimentos emitidos em 2025 nas Bacias PCJ, registrou que 66% referem à captação subterrânea, 9% à captação superficial, 4% a lançamento e 21% a interferências, como barramentos e travessias. No âmbito da fiscalização, informou que foram vistoriadas 1.244 propriedades, sendo 876 na Bacia PCJ, com constatação de 1.876 usos, dos quais 1.150 na bacia PCJ. Informou que nem todos os usos fiscalizados apresentaram irregularidades, o que justifica a diferença entre usos constatados e boletins aplicados. Em relação ao monitoramento pelo Sistema de Declaração das Condições de uso de Captações (SiDeCC) e Sistema Remoto de Declaração das Condições de Uso de Captações (SiDeCC-R), registrou que há 7.793 usos cadastrados na DMT, com 203 monitorados remotamente, e 5.633 usos no PCJ, sendo 122 no SiDeCC-R, normalmente relacionados a maiores usuários com transmissão de dados em tempo real. Informou sobre a frequência de declarações no SiDeCC, em que o gráfico apresentado indica a periodicidade das declarações conforme o volume outorgado, podendo ocorrer de forma diária, semanal ou mensal, sendo predominante a frequência mensal nas bacias PCJ.

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 120ª Reunião Ordinária da CT-OL - 20/02/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Esclareceu que os dados referentes às captações superficiais e subterrâneas, indica que, assim como há maior número de requerimentos para uso de água subterrânea, também se verifica maior quantidade de pontos monitorados correspondentes a poços. Apresentou a evolução do SiDeCC desde 2019, quando havia 1.858 usos cadastrados, e o total atualmente de 7.793. Quanto às penalidades no PCJ, informou a aplicação de 1.947 registros no SiDeCC, sendo 1.151 advertências, além de cinco multas no SÍDEC-R por descumprimento de prazos. No âmbito da Sala de Situação (SSPCJ), informou a emissão de 899 boletins e relatórios, 34 comunicados no período úmido pela SP Águas, 37 no período seco pela Câmara Técnica de Monitoramento (CT-MH) dos Comitês PCJ, além de boletins integrados quali-quantitativos elaborados no âmbito do Programa de Monitoramento (PIM-PCJ), com apoio da Novaes Engenharia e Construções LTDA, a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH) e Fundação Agência das Bacias PCJ. Por fim, apresentou os dados de atendimento ao público, com 106 demandas registradas pela ouvidoria no PCJ e média de 45 atendimentos diários por e-mail, incluindo canais específicos para protocolos, fiscalização, dúvidas técnicas e sistemas SiDeCC e SiDeCC-R. Destacou a parceria institucional entre a Fundação Agência PCJ e a SP Águas, conforme previsto no Plano de Trabalho da CT-OL. **9. Grupo de Trabalho de Usos da Água, Legislação e Difusão de Informações em Recursos Hídricos (GT-Usos da Água e Difusão):** O Sr. Antonio Lopes, representante da Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e coordenador do GT-Usos da CT-OL, recordou que os últimos encontros do GT trataram de barramentos e desassoreamento. Nesse sentido, ao final do ano de 2025, como demanda dos membros do GT, foi realizada uma capacitação sobre “Demanda Hídrica para Irrigação” conduzida pelo Sr. Júlio Cesar Thoaldo Romeiro, diretor da CATI de Presidente Prudente, para subsidiar futuras outorgas em culturas e plantações, ressaltando que as pautas têm sido estabelecidas conforme as necessidades do grupo. Comentou que o GT necessita definir novas temáticas para discussão na próxima reunião, permanecendo aberto ao recebimento de sugestões. Na sequência, a Sra. Ariana informou que será retomada a discussão sobre a última

versão da política de outorgas para discussão no grupo, com o objetivo de revisar e atualizar os programas anteriormente propostos, de modo a avançar na implementação da política no âmbito da CT-OL. Informou que a próxima reunião do GT-Usos já está agendada para o dia 18/03, às 9h, por videoconferência. Ressaltou a importância da participação dos integrantes e demais interessados. Complementando, o Sr. Antonio acrescentou que a participação ampliada favorece o debate, possibilita a contribuição de diferentes opiniões e auxilia no esclarecimento de questionamentos e dúvidas. **10. Grupo de Trabalho de Enquadramento dos Corpos D’água (GT-Enquadramento):** A Sra. Ariana informou que o atual coordenador do GT-Enquadramento não irá participar das atividades na bacia em razão de aprovação em concurso público e mudança de local de atuação, sendo necessária a realização de eleição para definição do novo coordenador na próxima reunião do GT, agendada para o dia 12/03 às 9h00, por videoconferência. Informou que, até a eleição, assumirá a condução dos trabalhos e a organização das pautas. Destacou que a temática do GT envolve não apenas o rio Jundiá, conforme apresentado no Plano de Trabalho da CT-OL, mas o enquadramento de forma geral, reforçando que todos estão convidados a participar e ressaltando a importância do tema e a necessidade de colaboração dos membros para o adequado andamento das atividades. **11. Outros assuntos:** Em seguida, a Sra. Ariana abriu a palavra para outros assuntos e não houve solicitação. **12. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Ariana Rosa Bueno Damiano, Coordenadora da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Ariana Rosa Bueno Damiano  
Coordenadora da CT-OL

Cláudia Debroy de Campos  
Coordenadora-adjunta da CT-OL